

Silvia Maria P. de Araújo

Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação

CURITIBA

1982



Geografia Agrária II - Profa. Dra. Valéria de Marcos

Texto aula 6

ARAUJO, S. M. P. de. Eles: A cooperativa. In: da participação. Curitiba, Projeto, 1982. p.129-169

Eles: A cooperativa; um estudo sobre a ideologia

5. Eles : A Cooperativa

5.1. IDEOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA. . .

O cooperativismo agrário, a nível de proposta, representa um instrumento que leva à inserção nas estruturas de produção. Um instrumento, portanto, viabilizador de um tipo de participação social, isto é, a possibilidade de ensejar uma participação mais efetiva, muito mais equânime de diferentes classes e frações de classe no processo produtivo.¹⁹⁹ Materializando-se através de cooperativas, estas, como associações de indivíduos,

¹⁹⁹ Apesar das inúmeras formulações sociológicas sobre o problema conceitual das classes sociais, ainda permanece incipiente a situação das interpretações que procuram dar conta da complexidade do fenômeno. Classicamente entendido como parte da estrutura social, o conceito de classe esvaziou-se sob influência da sociologia norte-americana, que o identificou com o de estratificação social. Esta a opinião crítica de Rodolfo Stavenhagen em seu artigo Estratificação Social e Estrutura de Classe, na antologia Estrutura social e estratificação social. 5ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p. 133-70. Embora na perspectiva histórico-estrutural tenha se avançado no entendimento do fenômeno e estabelecido limites e distinções, não se chegou ainda a uma definição exaustiva nem unívoca, de classe social. É por isso que se acredita ser possível discutir a questão somente a partir da própria essência da teoria sociológica e não através de critérios arbitrariamente levantados, como recursos momentâneos, sem qualquer sustentação acadêmico-científica. Em sociedade, os homens relacionam-se para produzir e a posição objetiva dos grupos envolvidos na atividade de produção é o que define a divisão da sociedade em classes que, historicamente, revelam relações, a um só tempo, complementares e de oposição. As classes sociais não são, portanto, simples grupos sociais. Por sua vez, as frações de classe, não são grupos "ao lado ou acima das classes", mas são mesmo "frações" de classe. São segmentos que em sua singularidade guardam as características fundamentais do fenômeno abrangente das classes sociais: "a burguesia comercial, por exemplo, é uma fração da burguesia. . .", segundo POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 25.



são a forma de fazer existir a participação indireta e, internamente, servir como um exercício de participação política, participação democrática através da autogestão.²⁰⁰

Uma cooperativa, ao viabilizar o conteúdo doutrinário, compõe, de um lado, uma teia de relações internas, requerida pela própria natureza da organização, que transcende em muito o mero exercício das normas reguladoras e os mecanismos de agregação; por outro lado, um conjunto de transações constantemente mantidas com o mundo exterior, garantia de sua sobrevivência.

Na consideração destes dois aspectos delinea-se a especificidade de um tipo de participação — a participação cooperativa. É ela a participação formal dos associados, perceptível no desempenho da organização: a contribuição a nível da produção material; a participação na gestão da instituição; a inclusão no processo decisório que consubstancia a política institucional; a participação em forma de fruição de bens e serviços prestados e geridos pela cooperativa.

É de se ponderar que a participação não pode ser medida em termos de integração ou não em uma associação, mas sim

em termos de intensidade e qualidade da participação na produção, gestão e usufruto de bens e serviços da sociedade como um todo. Com isso, o conceito de participação social é transferido da dimensão superficial do mero ativismo imediato, em geral sem conseqüências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas.²⁰¹

Em qualquer agrupamento social, o fenômeno participativo está muito em função da maneira como se articulam os grupos dentro da associação e, mais além, como os diferentes grupos e/ou categorias sociais se combinam e são vistos no sistema global. Daí a necessidade de se fazer menção à participação social.

Assim como o conceito de cooperação, o de participação é um conceito de referência, constantemente encontrado na literatura sobre

²⁰⁰ Com base em diversos estudos, Meister classifica a participação em cooperativas no tipo "participação voluntária", onde o recrutamento é voluntário e sua origem está na organização social resultante da ação do próprio grupo, sem intervenção de elementos exteriores. Cf. MEISTER, Albert. *Participation, animation et développement*. Paris, Éditions Anthropos, 1969. p. 22.

²⁰¹ FREITAS, Bárbara. Prefácio. In: AMANN, Safira Bezerra. *Participação social*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1977 n. p.

cooperativismo, o que não o faz mais preciso, nem chega a explicar os fenômenos de agregação de caráter econômico, principalmente. A ambigüidade existente no plano conceitual encobre problemas teóricos e práticos, diante da solicitação que continuamente vem sendo feita à participação social.²⁰²

Estimulado no Brasil, o cooperativismo tem sido considerado como a saída para inúmeros impasses de marginalização social em que se encontram largas faixas da população, face ao processo mais amplo de desenvolvimento.²⁰³ As campanhas, as estratégias de ação, os projetos lançados fogem, em geral, ao tratamento do cooperativismo no plano das relações sociais. Preso a esquemas técnicos, tomado como uma entidade apartada do sistema social do qual é parte integrante, o cooperativismo tem forjado fórmulas que despontam aqui e ali, como que desligadas da estrutura da sociedade.²⁰⁴

Como a participação cooperativa assenta-se sobre relações econômicas, sua análise não pode dispensar o jogo das classes sociais envolvidas, classes essas cujas condições de imposição rearranjam-se em diferentes mo-

²⁰² *Amplamente difundida — só a participação é capaz de transformar o desenvolvimento em um processo gerador de benefícios para todos —, posta como antítese do problema da marginalidade social, tomada como o bandeira, a participação tem ensejado a preocupação no ensaio de inúmeras políticas, diversamente rotuladas: "desenvolvimento de comunidade", "animação popular", "participação na empresa", "estratégia cooperativista", etc. De inspiração teórica modernizadora, concebendo o desenvolvimento como gerador de desequilíbrios, estas propostas assentam-se mais sobre o indivíduo, sem levar em conta a estrutura da sociedade. Eivadas de valores implícitos, na maioria das vezes, a conotação ideológica de tais propostas está na concepção dualista da sociedade e na perspectiva restrita como são encarados os problemas e tratados os conceitos de participação, marginalidade e integração.*

²⁰³ *Não são poucos os questionamentos dirigidos na América Latina, por diferentes autores, aos efeitos desiguais do desenvolvimento — amplas camadas da população não participam no grau desejado nas decisões de política nacional. Cf. CARDO-SO, Fernando Henrique. Participação e marginalidade: notas para uma discussão teórica. In: —. O modelo político brasileiro. 3ª ed. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1977. Cap. 7, p. 167.*

²⁰⁴ *Autores como MEISTER evidenciam a dimensão ideológica com que vêm investidas políticas e programas de envolvimento participativo. Crítica sua utilização com recursos da fraseologia democrática e humanitária do Ocidente, a qual permite seja feita a abstração dos conflitos sociais existentes e das inevitáveis tensões e rupturas provocadas pelo desenvolvimento. V. MEISTER, Albert. Op. cit. p. 202.*

mentos históricos. Aplicam-se aqui os alertas de KOWARICK ao evidenciar

que a participação e a conseqüente integração social não são alheias às estruturas da sociedade. A questão não se situa no plano de uma participação genérica e indeterminada, mas ao nível de processos que encontram na dinâmica das oposições centradas no trabalho, a pedra de toque sobre a qual se calça um conjunto significativo de exclusões sociais. Neste sentido, ninguém participa aleatoriamente (. . .) são os valores e normas que demarcam o que é socialmente desejável e consentido. (. . .) é a capacidade do sistema de incorporar uma quantidade de força de trabalho nas atividades propriamente capitalistas da economia, o que toca diretamente o processo de acumulação e as relações de produção existentes na sociedade. E isso é determinante do tipo do montante de participação possível de ser realizado.²⁰⁵

Nestes termos, convém acompanhar a participação formal do grupo de cooperados. Importa indagar em que medida os vários grupos — proprietários de terra, pequenos, médios e grandes produtores, fundadores ou recém-associados — tomam parte na gestão da cooperativa; como os mecanismos que propiciam o acesso às decisões — a participação em assembleias e nelas exercer o direito de voto, a representatividade em conselhos de administração e fiscal — estão ao alcance de todos e por eles são utilizados; como os sistemas organizacional e de distribuição de poder garantem e mediatizam a contribuição real dos diversos grupos à definição de metas, à elaboração e execução dos planos de ação da instituição. E mesmo, tentar compreender até que ponto a não-participação na estrutura interna da cooperativa reflete uma participação baixa ou nula no sistema social.

Grupo que se destaca é aquele composto pelos primeiros associados. Entre os agricultores que ingressaram durante os primeiros anos de funcionamento da cooperativa encontra-se o maior número de associados assíduos às assembleias anuais (A). Também são estes os que de uma forma ou de outra já integraram ou integram a administração (B). Observe-se no Gráfico 12 a correspondência entre as manchas de assembleias assistidas e aquelas de maior entrega de produção em diferentes safras (C).

²⁰⁵ KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 55. Enredado na compreensão do fenômeno da marginalidade, o autor chama a atenção nesta obra para a essencialidade da problemática da participação.

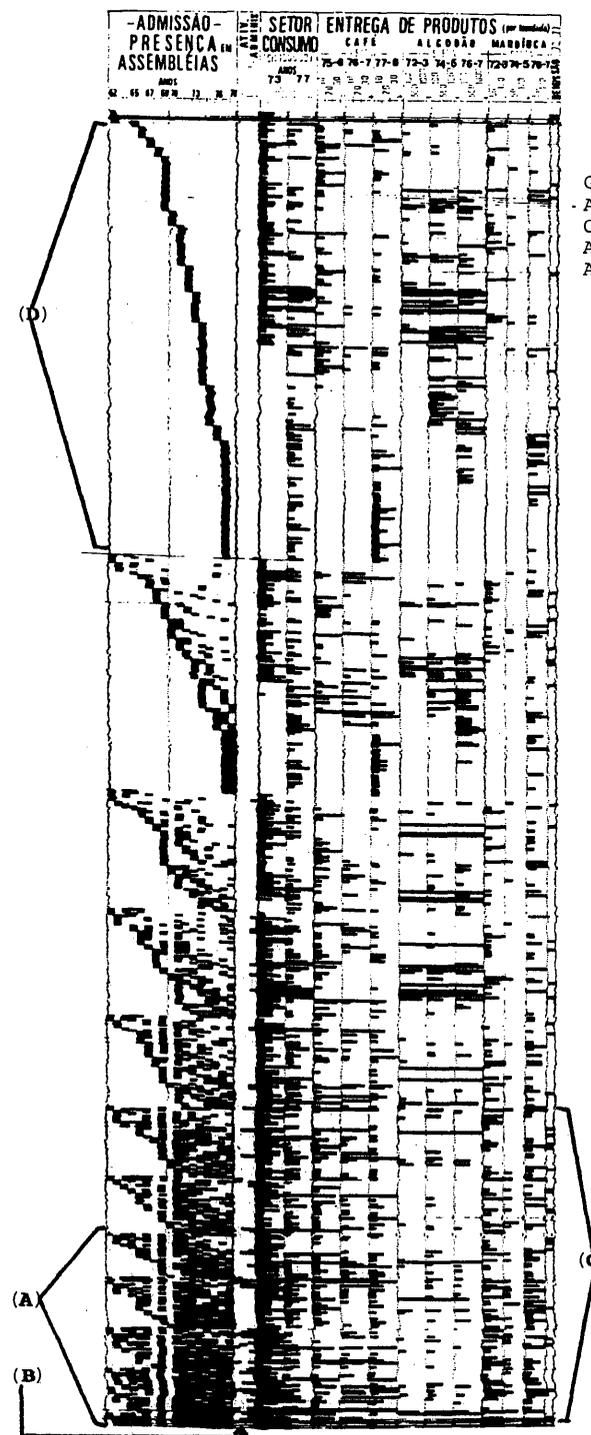


GRÁFICO 12
A ADMISSÃO
COOPERATIVA E
A PRESENÇA EM
ASSEMBLÉIAS

A presença às assembleias e a entrega da produção são duas formas do exercício de participação e cooperação. Entretanto, o primeiro mecanismo acionado conta com parcelas pouco significativas de cooperados ativos. Aproximadamente um terço dos associados ingressou na cooperativa e jamais compareceu a sequer uma assembleia. Esses costumam, mais que outros, ser intermitentes em suas entregas de produtos e operação com o setor consumo (D). Observação válida também para aqueles que até a data registrada no gráfico - 1978 - compareceram a apenas uma assembleia geral ordinária.

O baixo índice de presença às assembleias anuais pode ser verificado na relação estabelecida entre o número de associados cadastrados e o de presentes às assembleias em dezesseis anos de funcionamento da cooperativa, conforme o quadro 15.

Pela motivação inicial dos associados fundadores, justifica-se um índice de quase 50% de cooperados presentes à assembleia realizada ao cabo do primeiro ano. Índices semelhantes só voltaram a se repetir nos últimos anos da década de 60, com excelente desempenho da organização e, em 1972, que representou o interregno entre duas crises financeiras. Isso prova que fases de euforia dos negócios cooperativos despertam mais interesse por parte dos associados e, contrariamente, em fases de crise institucional, os seus membros se afastam.

As instituições favorecem a que as classes sociais possam revelar em seu interior relações determinadas, através de recursos de poder. Mesmo porque só existe posição de dominação sobre a condição de existência de setores a ela subordinados. No entanto, para que a idéia de partici-

pação não se limite a uma vaga afirmação valorativa, deve indicar que grupos, setores ou classes são capazes, num momento dado, de mobilizar e organizar setores socialmente dominados para que estes tratem de obter seus objetivos sociais.²⁰⁶

Os pequenos produtores-associados formam um grupo social que faz parte de uma fração de classe possuidora de terra como um meio de produção — mesmo assim não dispõem de instrumentos para impor suas representações à outra fração de classe dominante: os grandes proprietários e produtores. Cabe aqui o lamento: “Seria bom se em todas as assembleias se pudesse participá, mas a gente não participa, não tem chance...”

²⁰⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *Participação e marginalidade: notas para uma discussão teórica*. In: —. *O modelo político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. p. 183.

QUADRO 15. - PRESENÇA NAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS (1962-78)

Ano	Associados na Cooperativa*	Presentes nas AGO's	% Presenças
1962	39	-	-
1963	202	91**	45,04
1964	256	61	23,82
1965	290	77	26,55
1966	362	62	17,12
1967	426	180	42,25
1968	400	-	-
1969	473	228	48,20
1970	670	224***	33,43
1971	852	330	38,73
1972	875	390	44,57
1973	863	223	25,84
1974	930	227	24,40
1975	980	209	21,32
1976	978	158	16,15
1977	976	187	19,15
1978	1 011	225	22,25

* Associados cadastrados - descontado o número de demitidos, eliminados e excluídos até o ano referido.

** Em 1963 não houve AGE. O dado refere-se à AGE de 24 nov. 1963.

*** Inexiste a lista de presenças. O dado refere-se à contagem dos presentes constantes na Ata n. 22, da assembleia geral ordinária de 01 fev. 1970.

FONTE: COPAGRA. Livro de presença em assembleias e livro de matrícula.

Na fala do entrevistado, de repente, a descoberto, a verdade da coidianidade alienada, a liberação de experiências cuja familiaridade embasava o conhecimento. De repente, no contraste de duas diferentes ordens de coisas — “a realidade que existe fora e independentemente de todo o espírito que conhece e o pensamento relativo a esta realidade”²⁰⁷ — a violência de encará-la, de perceber e distinguir nela elementos determinados.

Mediatizada pela linguagem espreita-se manifestações da ideologia dominada, de aceitação das coisas como elas se impõem, a expressão da ideologia dominante assimilada. Isso

porque, segundo KOSIK, a atitude primeira e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais.²⁰⁸

Como toda ação humana embasada em interesses traz consigo certa carga emocional, esta também está presente nos depoimentos colhidos, bem como nas ações que a associação cooperativa propicia. A tente-se para as duas esferas dimensionadas de uma mesma atividade produtiva: O

grande produtor é até incômodo à cooperativa, porque ele está defendendo o seu. O pequeno já é mais humilde, por natureza. Interessante é a mistura, porque os grandes dentro da cooperativa ... os grandes ... defendendo o seu interesse, acabam defendendo os dos outros. Por exemplo, eles sabem argumentar com a diretoria ... estratégias de comercialização, questões de eleição e outras.²⁰⁹

²⁰⁷ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978. p. 134.

²⁰⁸ KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 9.

²⁰⁹ ARAÚJO, Silvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais; pesquisa*. Maringá, 1977. *Entrevista com dirigente cooperativista, em 20 jul. 1977*.

Captar como os produtores rurais percebem a situação de cooperados e, ao mesmo tempo, inferir o grau de consideração política que recebe o cooperativismo agrícola no país, pressupõe que o interesse por ideologia descarte resquícios de um entendimento preconceituoso. Conceito ainda enevoado, ideologia não toma neste estudo a imputação que lhe é feita no sentido de ideologia política, de um grupo portador de objetivos políticos. Também, não se pretende associar o conceito de ideologia ao de consciência, tendo-se bem claro um a priori: as representações dos fenômenos aventados aproximam-se, mas jamais são os próprios fenômenos.

Em termos teóricos, adotou-se aqui o conceito formulado por POULANTZAS, que propõe a ideologia unida à experiência do homem em suas relações com a natureza e com outros homens, relações essas fundamentais, à medida que permitem e dão forma à produção, assim como se tornam condição para as trocas sociais. Para ele, ideologia consiste em um

nível objetivo específico, em um conjunto com coerência relativa de representações, valores, crenças: da mesma maneira que os “homens”, os agentes numa formação, participam numa atividade econômica e política, participam também em atividades religiosas, morais, estéticas e filosóficas.²¹⁰

A função social da ideologia está justamente em permitir que as práticas dos homens sejam a sua forma de inserção no mundo organizado da vida em sociedade.

Face à baixa participação cooperativa daqueles que em número são maioria, e à impossibilidade de se modificar o caráter da economia, o qual imprime especificidade às relações de produção, pergunta-se se haveria de existir outra forma de cooperativismo não-excludente de grupos sociais representativos, que pudesse se desenvolver no seio do sistema capitalista.

O fundamento da eleição da cooperativa agrária, como instrumento de mudança das condições de vida do homem do campo, toma como pressuposto que a mudança na sociedade global pode ser obtida com mudanças em esferas mais reduzidas de grupos específicos — o que implica admitir que a mudança em um segmento da sociedade seja possível, sem que aconteçam mudanças na estrutura sócio-econômica em seu conjunto.

De uma abordagem mais abrangente, sabe-se também que as mudanças são possíveis. Nada impede que a prática do cooperativismo possa desencadear processos que realmente conduzam a mudanças, mas mudan-

²¹⁰ POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. p. 200.

ças na posição social relativa do grupo.

É óbvio que nem todas as atividades organizadas e nem todos os grupos sociais têm a mesma importância ou o mesmo impacto no desenvolvimento social e político. Portanto, é necessário compreender as condições que determinam a participação ou a não-participação de indivíduos e de grupos. Isso porque as diversas características da participação social estão intimamente ligadas à estrutura sócio-econômica e ao funcionamento do sistema político.

Observe-se nos Gráficos 13 e 14, cujo arranjo das fichas obedeceu à movimentação em compras no setor consumo da cooperativa (aquilatada em cruzeiros) nos anos de 1973 e 1977, duas evidências: os grandes produtores, representados por aqueles que entregaram maior volume de produção nas safras apresentadas são, coincidentemente, os maiores consumidores, aqueles que movimentam mais alto montante em valor financeiro no setor consumo (A).

O movimento mais elevado do setor (até Cr\$ 100.000,00 e além dessa quantia) deve-se muito a grandes cotonicultores e cafeicultores.

Por outro lado, o cooperado que entrega pouca produção frequênta menos assiduamente as assembleias e também consome menos no respectivo setor da cooperativa (B).

Para o ano de 1973 observa-se uma correspondência bem evidente entre grandes manchas de presença em assembleias, entrega de produção, participação na administração e compras no setor consumo. Outra correlação digna de nota é aquela que associa menor volume e mesmo a intermitência na entrega da produção (o cooperado não entrega a produção em todas as safras), com despesas mais comedidas (até Cr\$ 5.000,00) no setor consumo (C).

Os gráficos evidenciam a participação desigual de diferentes categorias de associados nos processos de gestão, decisão e efetivo fruir dos serviços prestados pela instituição. O controle da organização e, conseqüentemente, do processo de produção de bens, está nas mãos de uma fração de classe, especialmente os grandes produtores e grandes proprietários, donos do capital, ou pelo menos, aquinhoados de maiores facilidades de acesso ao capital. As demais frações de classe não chegam a contribuir para a criação de um fluxo mais denso de trocas a partir da cooperativa e, por sua vez, estão excluídos de uma participação mais efetiva nas decisões e autogestão.

Princípios sempre lembrados do cooperativismo ideal, leis e nor-

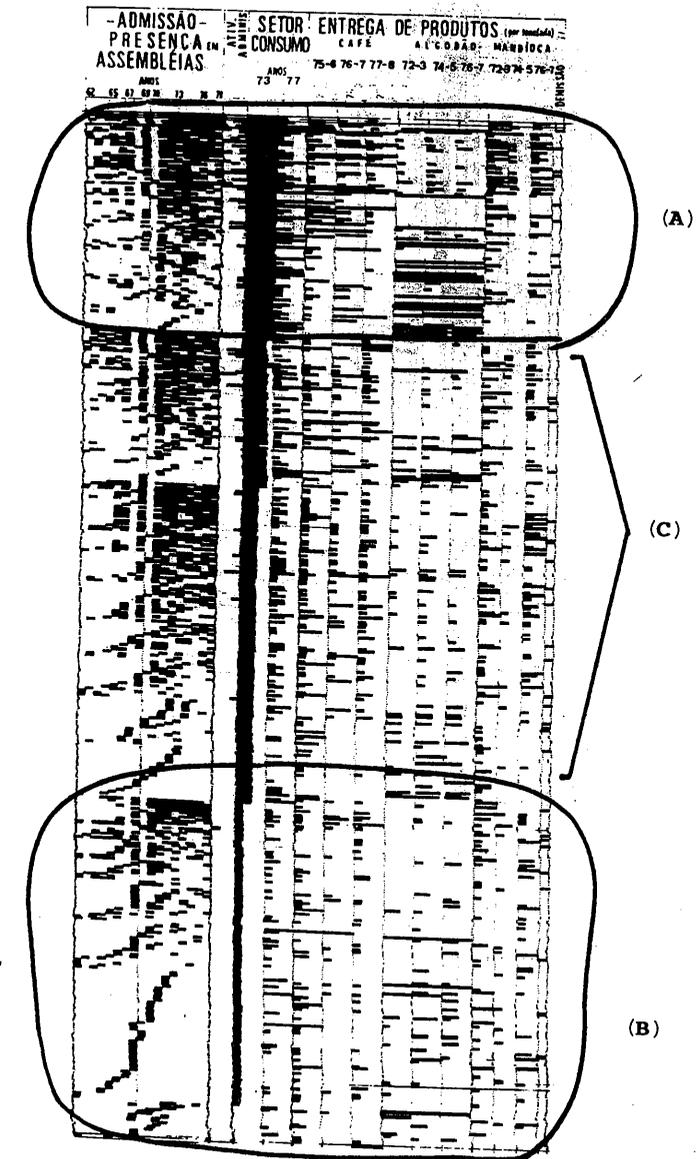
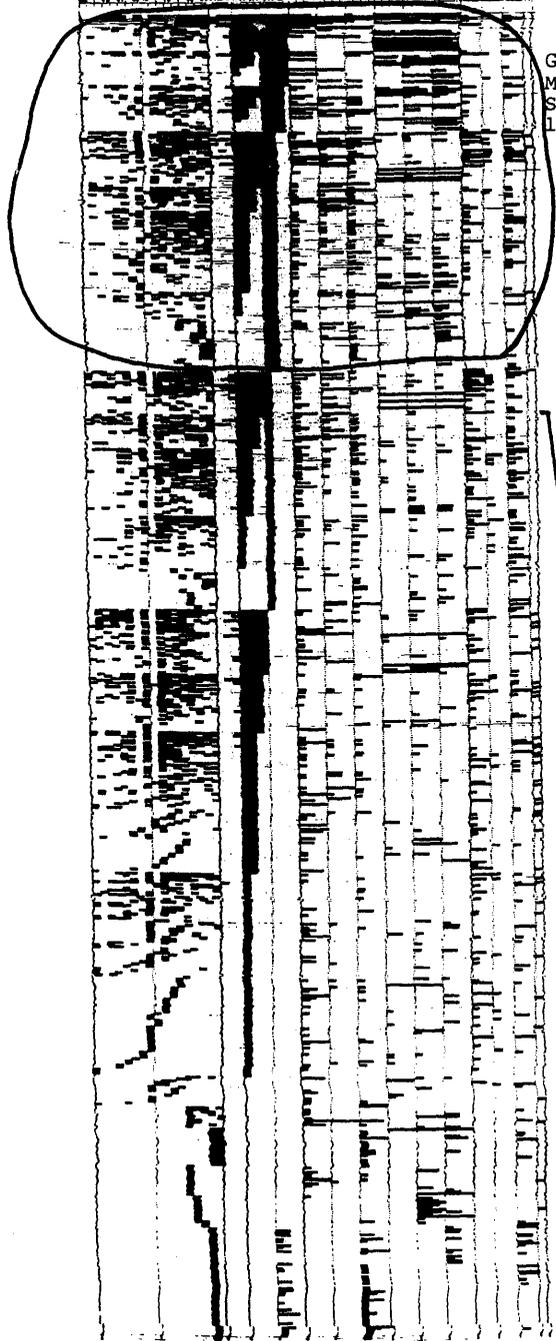


GRÁFICO 14
MOVIMENTAÇÃO NO
SETOR CONSUMO
1977



(A)

(B e C)

mas estatutárias ajudam a tranquilizar as frações de classe dominantes na estrutura cooperativa, na medida em que enfatizam o caráter democrático e as estratégias justas e igualitárias das atividades desenvolvidas, cercadas de recomendações formais e doutrinárias. Dessa forma, aparentemente, as contradições não emergem com força total e legitimam-se as incongruências.

Com uma doutrina descolada da real estrutura da sociedade capitalista, o cooperativismo toma como “dados” alguns obstáculos ao seu incremento — ausência de educação cooperativista, ignorância dos grupos associados, isolamento do produtor rural, etc. — colocando numa posição inquestionável as suas propostas teóricas e seus resultados empíricos. Somente a reflexão ajuda a questionar a situação em que se concebe o cooperativismo — “solução restrita para problemas de desenvolvimento” — como se fosse possível acioná-lo nas horas de crise e, a partir daí, automatizar-se o fluxo de adesões e participações reais ao movimento.

5.2. . . . OU DE COMO SOBREVIVER NO MERCADO

A entrega da produção à cooperativa é ao mesmo tempo um dever e um direito do associado — a forma socialmente mais homogeneizada de cooperação e participação. Em qualquer nível de representatividade social, os associados são unânimes em interpretar a entrega da produção como um compromisso — a cooperação concreta — embora não o cumpram. Veja-se pelo depoimento:

Moro em Marilena desde 1953. Vim de Mandaguari, mas nasci em Minas. Sou mineiro. Comecei com dez alqueires, hoje tenho 101, com café e pasto. Estô há doze ... treze anos na cooperativa. Falavam que era bom e eu entrei ... de livre vontade. Até hoje espero, isto é, quando dá jeito, a gente entrega o produto (. . .). Eu sei que o crescimento da cooperativa é os cooperados. Poderia ser maió ainda se todos entregasse. Tudo que se põe lá num tem retorno, fica sempre em quota-capital.²¹¹

Para ALTHUSSER, a ideologia faz com que os indivíduos sejam

²¹¹ ARAÚJO, Sílvia M. de. Ação cooperativa entre ... Marilena, 1979. Entrevista com cooperado, em 26 fev. 1979.

sempre “já sujeitos” e como tal pratiquem, ininterruptamente, os rituais do reconhecimento ideológico, ou seja, o nível ideológico é um nível de (re)conhecimento.²¹² Partindo-se dessa proposição, pode-se analisar a apreensão e prática da ideologia do cooperativismo por parte do grupo de produtores que, vivendo condições já descritas de existência, praticam à sua maneira os rituais propostos.

É significativa a parcela de associados não operantes. O quadro 16, numa amostra de três anos alternados da década de 70, salienta a baixa taxa de cooperados que entregam produção, que não chega a ultrapassar os 40%, em média.

QUADRO 16 – ASSOCIADOS OPERANTES NA ENTREGA DE PRODUÇÃO – 1973 – 1975 – 1977

Ano	Associados Cadastrados	Associados que entregam produção *	Relação %
1973	863	296	34,2
1975	980	345	35,2
1977	976	401	41,0

*Qualquer um dos produtos recebidos pela cooperativa.

FONTE: COPAGRA. Fichas de controle individual de entrega de produção.

Integrada por não-assalariados, produtores independentes que aspiram melhorar sua condição econômica por meio da ajuda mútua, é lógico que aqueles que se filiam à cooperativa querem se apropriar do maior valor daquilo que produzem. A instituição, em princípio, como instrumento de redistribuição de riqueza, deveria estar satisfazendo esta necessidade.

Sociedade de pessoas e não de capital, onde cada homem representa um voto e suas assembléias-quorum são baseadas no número de associados, a cooperativa tem como objetivo principal a prestação de serviços. Teoricamente, toda cooperativa não visa lucro, sendo que as sobras retornam ao associado na proporção da movimentação que manteve (entrega de produtos, compras no setor consumo, etc.), e não de seu capital-social. Isso torna muito relativo o conceito de rentabilidade em função do capital. Assim, através de certos dispositivos, ela deve procurar maximizar os retornos, favorecendo sempre os cooperados. Como explicar então, índices

²¹² ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Ed. Presença / Martins Fontes, s.d. p. 94.

tão baixos de participação, sobretudo na entrega do produto?

Inúmeras explicações têm surgido para este fenômeno. Os estudiosos apontam como causas de fracasso do cooperativismo a falta de conscientização e doutrinação cooperativista, ao baixo nível de instrução e educação, à ausência de tradição nesta área.

Em relação a experiências no meio rural, em geral, justificam-se os insucessos pelo fato de os produtores não estarem ligados uns aos outros, organizadamente, desempenhando tarefas especializadas, o que os condiciona a contatos esporádicos com outros produtores dedicados a processos semelhantes. E mais, com base em que a estrutura do processo produtivo que os envolve determina suas atividades e comportamentos sociais, fá-los quase que incapazes de participar ativamente de movimentos associativistas, visto que os requisitos desse tipo de organização, modernamente, tendem a ser incompatíveis com a sua visão do mundo, individualista e familista. Advém daí, também, explicações para o aparecimento de líderes que centralizam as tarefas importantes, enquanto ao associado é indiferente que tal suceda.

Uma das conclusões, frequentemente encontrada, aponta, parcialmente, a decadência ou fracasso de várias organizações na área rural (entre elas cooperativas, ligas camponesas, grupos de ação em nível local, etc.) ao conflito inerente entre uma estrutura organizativa “moderna” e o caráter e ideologia essencialmente “camponesa” de seus membros.²¹³

Não se há de negar a inter-relação existente entre as condições de vida e as atitudes e comportamentos daí gerados. No entanto, como tais condições variam muito em tempo e lugares diferentes, algumas ponderações são válidas. Por exemplo, para situações como as que se apresentam neste estudo, alguns aspectos do processo produtivo capitalista relativizam (e muito) a posição dos produtores. Eles diferenciam-se entre si pela forma como dispõem dos meios de produção (em quantidade, utilidade, etc.), isso os gráficos atestam; como também atestam a conseqüente participação diferenciada na organização cooperativista a que estão filiados.

A relativização de colocações a nível de características psicossociais faz-se necessária, no caso em estudo, a fim de que se possa distinguir níveis mais amplos de explicações. Colocados em um mercado concorren-

²¹³ MORAES, Clodomir Santos de. *Algunas consideraciones en torno a las organizaciones campesinas en Latinoamérica*. In: *Simpósio do Instituto Internacional de Estudos Laborales sobre Participação Social na América Latina, México, 14-16 out. 1969 (mimeo)*. Apud. STAVENHAGEN, Rodolfo. *Marginalidad, participación y estructura agrária en América Latina*. *Demografía y economía, México, 4(3): 285, 1970*.

cial, sua disputa exige como *conditio sine qua non* a prática agrícola assentada na exploração o quanto mais rentável do solo. Entretanto, não fica formado um bloco monolítico de produtores. Eles continuam indivíduos, isolados até certo ponto, com seus interesses particulares, movidos pela lógica da acumulação capitalista. Tal como se refere o dirigente:

A cooperativa é útil e necessária, vantajosa para os pequenos produtores. Os grandes não precisam. Na região de Nova Londrina, os grandes são pecuaristas, os pequenos plantam café, mandioca e outros. Os grandes produtores não precisam da cooperativa, porque já programam a sua produção, estão informados do preço do mercado.²¹⁴

A força de concorrência, que decide a sobrevivência no mercado, sobrepuja, na atual fase do capitalismo no campo, condicionamentos mais restritos. Ela está presente na vida do grande, do médio ou do pequeno produtor e, sem dúvida, determina sua ação como cooperado. O que fica claro é o quanto ela é imperativa quando se trata daqueles produtores, geralmente pequenos proprietários, daqueles que não dispõem de uma segunda, terceira e até quarta propriedade na região. Enfim, daqueles que são proprietários, empresários e trabalhadores ao mesmo tempo; daqueles que, ocasionalmente, podem empregar mão-de-obra assalariada, mas são eles próprios que supervisionam as tarefas; daqueles cuja marca é a insuficiente acumulação de capital. Para esses, o próprio sistema de comercialização cooperativista chega, por vezes, a ser sério obstáculo para alçar-se da situação de endividamento prolongado e progressivo:

Entrego milho na cooperativa. Todo ano entrego. Só ano passado não entreguei café. Tenho 6.000 covas em três alqueires que comprei do pai. Mas, o milho judia muito do café. (...) Chamo uma família de volante quando preciso ... só na época de ruação e de colheita. Mas, eu acho que na cooperativa, a maioria não entrega é devido o preço. A pessoa tá necessitada ... vai muito da direção. (...) A união é a força. Prá está por dentro do assunto é preciso participá das assembléias ... é lógico. Na minha mente ... prá mim não deu prejuízo.²¹⁵

²¹⁴ ARAÚJO, Silvia M. de. *Ação cooperativa entre ... Nova Londrina, 1977. Entrevista com Sadi Paviani, Presidente da COPAGRA, realizada em 15 jul. 1977.*

²¹⁵ *ibid.* Marilena, 1979. *Entrevista com cooperado, em 16 jun. 1979.*

Já em 1970, o líder Spadini referia-se aos pequenos lavradores descapitalizados.²¹⁶ Pois a débil situação financeira da cooperativa chegou mesmo a ser posta em cheque, também com relação aos elevados débitos em contas correntes dos associados, principalmente daqueles com produção agrícola muito pequena. A exigência era fazê-los assinar notas promissórias, com a adoção de medida preferencial no recebimento de suas produções de café. Naquela época a intenção era de se proceder a um expurgo no quadro social de forma que, cooperados ociosos e que não tivessem entregue seus produtos no lapso de três anos seguidos, seriam eliminados.²¹⁷

Para a grande maioria dos associados, mesmo não conhecendo os estatutos da entidade,²¹⁸ paira como que indefinida ameaça o deixar de entregar a sua produção à cooperativa desviando-a ao comércio intermediário.²¹⁹ As justificativas apresentadas vão dos desacertos interpessoais a problemas de desacordo com a política da cooperativa; de motivos conjunturais de ordem econômica a vagas imputações ao sistema cooperativo.

O discurso é dúbio. Ao mesmo tempo em que a cooperativa é vista como auxiliar nas dificuldades, ela é vista como um sistema rígido

²¹⁶ *Sobre a questão da descapitalização, tem-se o exemplo, entre muitos, de um cooperado que compareceu à reunião de diretoria expondo seu problema de débito junto aos bancos particulares. Como havia entregue sua produção de café à cooperativa e não previa dessa renda, a retenção do valor de seu débito junto à cooperativa, lembrava que o seu conceito na praça corria sérias ameaças. Debatido o problema, a decisão recaiu em não se abrir exceções e a ele foram pedidos bens em garantia, no caso, o gado de que dispunha. COPAGRA. Ata de reunião de diretoria e conselho de administração, realizada em 10 nov. 1971. Nova Londrina, 1971, Ata nº 100, Livro 2.*

²¹⁷ COPAGRA. *Reunião de diretoria e conselho de administração, realizada em 26 de agosto e 4 de setembro de 1971. Nova Londrina, 1971. Atas nºs 95, 97, Livro 2, f. 42, anverso e verso f. 46.*

²¹⁸ "Estatuto? O que é isso? (...) Não conheço os estatutos nem nunca li. Não sei do que se trata." *Entrevista com cooperado, em 24 fev. 1979. "Lê muito bem, eu num sei direito não ... e por isso num conheço os estatutos. Sei que ele diz o que é a cooperativa". Entrevista com cooperado, em 26 fev. 1979. In: ARAÚJO, Silvia M. de. Ação cooperativa entre produtores rurais; pesquisa. Nova Londrina, 1979.*

²¹⁹ *Na realidade, este é um dos motivos estatutários em que a diretoria deve eliminar o associado. Diga-se, en passant, de difícil execução. COPAGRA. Estatutos sociais. Nova Londrina. Cap. III, Seção II, Art. 9º, § 1º, alínea c.*

em termos de acerto financeiro; e há que se buscar um culpado:

Eu sô proprietário de oito alqueire e meio. Tenho café e pasto e ... e agora ... acho que vô pô cana ... uns quatro alqueire. Eu mesmo toco a lavoura, junto c'ô meu fio. Só tô na cooperativa praquê eu acho que se a cooperativa num dá assistência prá gente, quem vai levá? A sinhora não acha? A gente pode até levá algum tombo. (...) Eu levei prejuízo de vinte milhões, não é culpa minha ... nem da cooperativa. A culpa toda é do Governo. (...) Na cooperativa eu participo com o produto ... eu ... eu me entendo bem c'ô presidente. Mas também ... nem sempre entreguei o produto na cooperativa ... mais devido o problema de preço. Aqui é bom ... é um capital que tá guardado. Vendendo a particulá, já se acerta e num tem muito problema ... Mais facilidade prá gente. É que ... é que é dívida de Banco (...). Uma coisa eu digo prá sinhora ... consigo dinheiro co'a cara limpa no banco. Isso não é preocupação-prá mim. Nunca percisei de dinheiro da cooperativa.²²⁰

Sem outros meios para avaliar a situação em que se encontra, o produtor em dificuldades financeiras para reproduzir o processo de produção nas condições anteriores, que ele lembra como uma fase áurea na região,²²¹ imputa ao governo a falta de controle para as “coisas que acontecem”. O governo enfeixa para ele todas as decisões que lhe escapam. O comando da vida econômica é regido pelo governo:

O essencial ... o fundamento ... eu acho ... é a lavoura. Se o Governo não dá assistência assim, se não dá valor ao produtor da roça, o povo vai embora, desanima. O Governo dando amparo a mais, tá cortando o mal pela raiz. O povo sai prá cidade ... tá esbanjando ... tá consumindo ... num tá plantando. Se o Governo abri os olhos é nessa parte, é na lavoura, que tem que cuidá. Cereais que necessita, sai da lavoura. Se consume, nao apenas o produto. Mas, se o Governo não dá ajuda pro povo pará no lugar da lavoura? ²²²

²²⁰ ARAÚJO, *Silvia M. de. Ação cooperativa entre... Entrevista com cooperado. Marilena, 25 fev. 1979.*

²²¹ “Antes... ah ... antes a terra era bonita. Agora existe muita dificuldade na terra. Se os agrônomos descobri tá bom. Senão ... fica assim mesmo”. *Entrevista com cooperado, concedida em 27 fev. 1979. In: ARAÚJO, Silvia M. de Ação cooperativa entre ... Itaúna do Sul, 1979.*

²²² ARAÚJO, *Silvia M. de. Ação cooperativa entre ... Marilena, 1979. Entrevista com cooperado, em 16 jun. 1979.*

A verdade é que a política agrícola brasileira tem primado pelo seu caráter casuístico no encaminhamento das soluções. Estas terminam por afirmar a insegurança em que vive o agricultor na sua programação e a tendência a parecer diante dos crescentes custos, inclusive os financeiros —

O negócio é que o Governo abre as portas do financiamento prá cooperativa e só dá 80% do preço mínimo e pros picareta ele dá 100%. Se o Governo mudasse essa política seria uma boa. O financiamento sai fácil, mas prá entrega do produto é que é difícil. É uma burocracia desgraçada e ... neste sentido ... a cooperativa perde pro particular.²²³

Daí que a intenção de explicitar essa ideologia de aceitação do grupo de agricultores cooperados implica, evidentemente, em fazer correlações entre os comportamentos significativos daqueles que vivem ou viveram aquela história particular e as demais transformações de aspecto da vida social, a nível institucional e regional. Isso porque, acredita-se que as ideologias surgem sempre como práticas de vida ligadas a uma concepção do mundo.²²⁴

O sujeito “em situação” vai criando suas próprias representações das coisas, dando coerência ao universo de fenômenos vividos. Ela elabora uma gama de categorias inteligíveis, a nível do senso comum, de acordo com seus condicionamentos sociais e a linguagem que exercita nas suas formas referenciais. Essas representações reproduzem a realidade através dessa ótica condicionada, e podem bem ser diferentes dela e até contraditórias.

A sinhora mi pergunta porque eu tô na cooperativa?

Pois é ... tem horas que se tem uma safra de milho e a gente vai na máquina e é aquele precinho abacaxi. Na cooperativa ... nela o preço é o mesmo, mas espera-se e tem um aumento (...). No ano passado muitos entregaram lá o café, como o meu sobrinho, e ... e não houve aumento nenhum, nem vantagem. Então quem é cooperado se decepiona. (...) Também, bem que o Governo podia melhorá o preço do café, mas em vez de subi, vai baxando, baxando. Sabe ... é negócio lá fora, exportação, que a gente não entende.²²⁵

²²³ *ibid. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado, em 27 fev. 1979.*

²²⁴ Segundo Gramsci, a apresentação histórica das ideologias e a formação de comportamentos sociais correlatos derivam, em última instância, dos movimentos da estrutura, enquanto o caráter prolongado destes movimentos explica a permanência relativa das próprias idéias e práticas. *Apud. BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci. In: FERRI, Franco. coord. Política e história em Gramsci. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 22.*

²²⁵ ARAÚJO, *Silvia M. de. Ação cooperativa entre ... Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado, em 17 de junho de 1979.*

A cooperativa nasceu como resposta às necessidades dos associados — colocar diretamente, sem intermediários, o produto no mercado, ou seja, agindo como uma máquina de beneficiamento de café de propriedade conjunta. A evolução da empresa multiplicou os serviços, atendendo a uma gama de necessidades dos associados, próprias do período capitalista que vivem (venda de insumos diversos, inseticidas, implementos; a diversificação no recebimento de produtos). Contudo, a necessidade básica, economicamente falando, o suprimento de capital — tão necessário para desenvolver a atividade agrícola — isso, a cooperativa não pode contribuir à altura das reivindicações, ou pelo menos, apresenta-se fraca institucionalmente, para poder assumir. Resultado: não desaparece o intermediário, pelo contrário, ele é ainda considerado “a salvação” para os pequenos, que para ele vendem à vista:

Entrei na cooperativa em 1966, proveniente do comércio de uma mercadoria que a gente vendia aqui ... e que ... que via vantagem. Café vendi só uma vez na cooperativa. Agora ... algodão entreguei várias vezes. (. . .) Dá prá esperá. Quando não, não. (. . .) Compro só o que eu acho que é vantagem e só entrego o que eu quero entregá ... ninguém me obriga (. . .) os financiamentos mesmo que eu consegui é por mim mesmo. Até os endossante meu são particular. Nunca, nunca mesmo consegui dinheiro pela cooperativa.²²⁶

Na verdade, o aparecimento da cooperativa veio dar condições ao produtor de optar. As máquinas de beneficiamento de café, os cerealistas, os intermediários enfim, passaram a ter um concorrente. Se não existisse a cooperativa, o produtor venderia seus produtos em condições sempre menos favoráveis para si. Ela disciplinou o mercado local. E, embora enfrentando algumas dificuldades conjunturais, tem sido a alternativa para a

²²⁶ *ibid.* Marilena, 1979. Entrevista com cooperado, em 27 fev. 1979.

entrega da produção, melhorando as condições de barganha do produtor rural.²²⁷

Além disso, deve-se levar em conta o papel histórico do intermediário.²²⁸ Não se pode, facilmente, passar sem ele, alerta GERBER ao se referir à meta sócio-econômica final das empresas cooperativas, ou seja,

²²⁷ “Só tô na cooperativa há três anos, mas faz vinte que viemo de Mandaguari: meu pai e nove irmão prá trabaia dezoito alqueire de terra. Hoje a herança, metade é da minha mãe, lá em Marilena. Estô na cooperativa prué eu sempre quis vir aqui, acho que tem vantagens. (. . .) eu vi esta cooperativa quando começô. Contam prá gente quem era o véio Spadini e eu sei que isso tudo é projeto daquele tempo. Viu, dona, eu, eu sou sócio de um meu irmão mais véio. Ele é que manda tudo ... sabe dos negócio, nós num tem orçamento. Quando tem bastante produto nós entrega na cooperativa, uma parte, e a outra, as veis, a gente vê o preço miór. Nós entrega o produto e controla a situação de crédito c’os otros tamém. Entregamo muita vecês no Troion e no Mezzaroba. (. . .) Crédito que a cooperativa é projeto de futuro. Antes eu comprava no armazém e a proposta era de trinta dias. A cooperativa favorece a gente em muita coisa. Veja ... aqui nós compra por mais prazo. (. . .) Meu irmão assinou uns documentos agora prá nós plantá cana, prúe o café tá meio véio e num dá muito mais. Tô creditando nus graúdo que falaram na reunião que nós vai lucrá com um alquere de cana vinte milhão por ano ... e ... eu tocando 7.200 cova de café com a minha família, não tiro nem quinze em todo o ano. Tenho dois alquere de café, mas eu não entrego tudo aqui ... eu controlo a coisa. As veis a gente precisa de dinheiro e vende a vista o café. Tenho vindo dá o café na cooperativa e peço o preço do dia prá saí já com dinheiro e espero o retorno. Sabe os que saíram, mais esperto em negócio, mais vivido, saíram prúe estava descontente co’a cooperativa, co’administração. Eles diz que não vale a pena, que num ganha nada. Ora ... cada um tem um plano na vida. O meu irmão mesmo, num entrega aqui. Prá eles eu falo que isso aqui é bom, que nós precisamos creditá neste patrimônio, que se num é a cooperativa, prá onde nós vamo? Tá tudo ruim pru aqui, nada dá. O café tamém num é bom negócio e nós precisamos creditar. Pur isso nós vai plantar dois alquere de cana ... o café tá ficando meio véio e nós num tamo querendo plantá mais. Nós somo pequeno, num temo empregado. Trabaio sozinho. Toco 7.200 cova de café só eu, só, e, minha família. Nós planta feijão e arroz no meio do café, mas a terra num é própria prá cereais, aqui não.” In: ARAÚJO, Sílvia M. de Ação cooperativa entre ... Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 15 jun. 1979.

²²⁸ Existe um evidente exagero ao se aventar o princípio da supressão do intermediário, quando se trata de cooperativismo.

uma distribuição mais equitativa da renda. E acrescenta:

as cooperativas, por sua própria existência, demonstram não ser ele (o intermediário) nem ao menos dispensável — pois elas mesmas nada mais são do que uma forma diferente (alternativa) de intermediário, que pertence aos próprios usuários.²²⁹

Como organismo de defesa, a cooperativa tem sua ação frustrada diante dos mecanismos nem sempre flexíveis de comercialização, para competir numa economia de mercado. Seus ajustes institucionais para corresponder às exigências do capitalismo, que vem alijando o pequeno produtor de parte do processo, estão ainda aquém do ritmo cobrado.

A entrega do produto é o grande problema da cooperativa.

Muitos cooperados são levados pelo interesse imediatista de levar o total do preço. E nem sempre a cooperativa consegue tudo. O Banco do Brasil dá 80% da produção. (...) Também deve-se considerar que os intermediários influenciam os cooperados pequenos ou descontentes. E são esses os que mais precisam da cooperativa. (...) Para eles (os pequenos) a cooperativa tem que só dar.²³⁰

O discurso dos dirigentes cooperativistas e daqueles que tendo grande produção, optam com mais folga pela cooperativa, procura imputar ao agricultor endividado apenas as conseqüências de tão oportunista conduta.

O cooperado, em geral, é visto pelos dirigentes como um agente “imediatista”, que só visa lucros, quando são todos partícipes, em maior ou menor grau, de um sistema de produção agrícola dominado pelo capital comercial. Aprecie-se a situação:

Sê sincero co'a sinhora, o ano passado eu devorvi a sacaria. Achei preço mió em otro lugá. Eu precisava todo o dinheiro ... Por meu causo eu colho pôco café. Se eles na cooperativa pagarem a mesma coisa dos otros, eu entrego, se não, não. (...) O negócio é que se tirassem o crédito do Banco do Brasil, um sitiante igual eu, teria que vendê a terra.²³¹

²²⁹ GERBER, Henry H. *Medidas práticas para superar os obstáculos à atuação do cooperativismo nos países em desenvolvimento. In: A Problemática cooperativista no desenvolvimento econômico (coletânea). São Paulo, s. c., 1973. p. 50.*

²³⁰ ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ... Nova Londrina, 1978. Entrevista com cooperado-fundador, em 17 nov. 1978.*

²³¹ *ibid.* Itáuna do Sul, 1979. *Entrevista com cooperado, em 15 jun. 1979.*

O sistema de crédito e financiamento da produção agrícola, estabelecido pela política econômica do governo, não visa, como prioridade, a solução dos problemas agrários, mas a produção de exportação com vistas ao balanço de pagamento, a fim de sustentar o crescimento econômico da nação.

Na COPAGRA, por exemplo, durante a safra de café 1975/76, os dirigentes preocupavam-se com a possível ocorrência de uma situação de boicote na entrega da produção, tal como havia ocorrido na safra anterior, quando os cooperados omitiram-se durante sessenta dias, deixando a administração às voltas com o pessoal ocioso nas máquinas de beneficiamento de café. Somente quando os preços se retraíram, os cafeicultores, sem outra alternativa, entregaram o produto na cooperativa. Em 1975, devido ao fato de os preços da praça serem superiores ao adiantamento efetuado pela COPAGRA, esperava-se que somente com a retração do mercado o cooperado entregaria a sua produção.²³²

A preocupação dos dirigentes tinha fundamento, pois embora a cooperativa recebesse outros produtos, como o algodão, cujo faturamento era mais elevado, os cafeicultores representavam o maior número de cooperados operantes, sobretudo na entrega do produto, ainda que, em termos relativos, essa participação tendesse a diminuir, conforme o quadro 17.

QUADRO 17 – ENTREGA DE PRODUÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ASSOCIADOS QUE COOPERARAM NOS ANOS 1973–1975–1977

Ano	Nº Assoc. que entreg. prod.	Café	% *	Algodão	%	Mandioca	%
1973	296	239	79,7	75	145	145	48,9
1975	345	230	66,6	138	40,0	47	13,6
1977	401	223	55,6	129	32,1	160	39,9

* *Impossível somar as percentagens porque há cooperados que entregam mais de um produto.*

FONTE: COPAGRA. Fichas de controle individual de entrega de produção.

²³² COPAGRA. *Reunião da diretoria e conselho de administração, realizada em 12 de agosto de 1975. Nova Londrina, 1975. Ata nº 193, Livro 3, f. 109-10.*

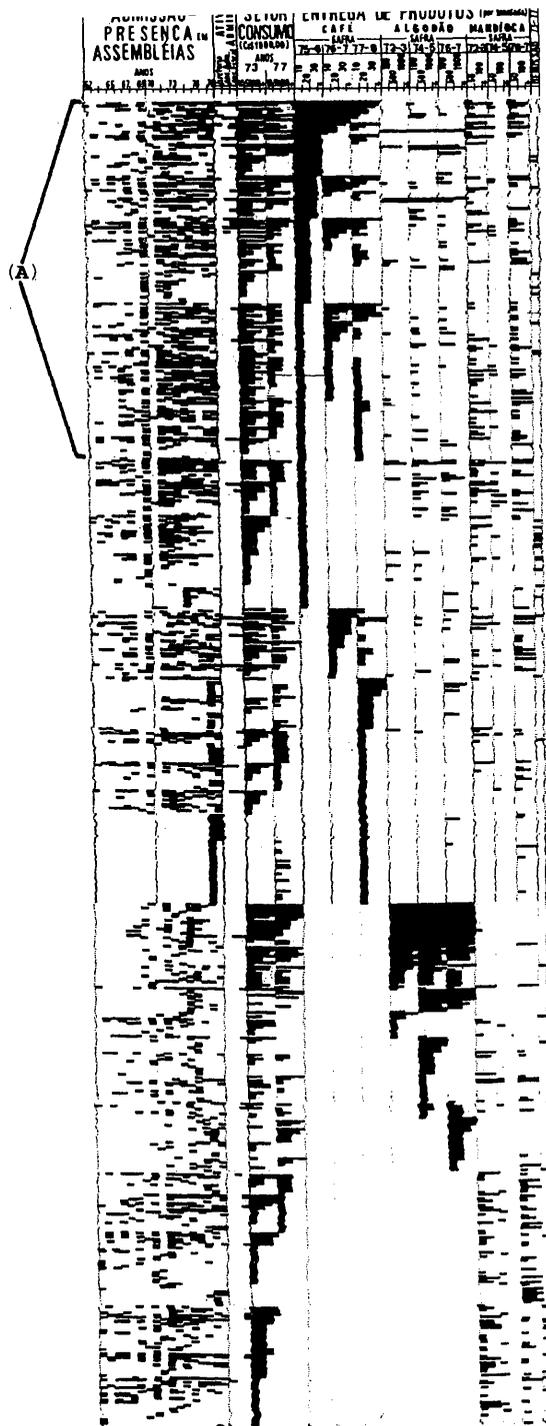


GRÁFICO 15
OS CAFEICULTORES
NO COMANDO

A participação que ocorre define-se mais pela adesão individual a objetivos propostos do exterior ao seu meio, do que pela fixação coletiva de metas baseadas em interesses comuns.

O gráfico 15 demonstra como são os cafeicultores os que mantêm maior contato com a cooperativa, seja na frequência intensa às assembleias, seja ocupando postos na administração (A).

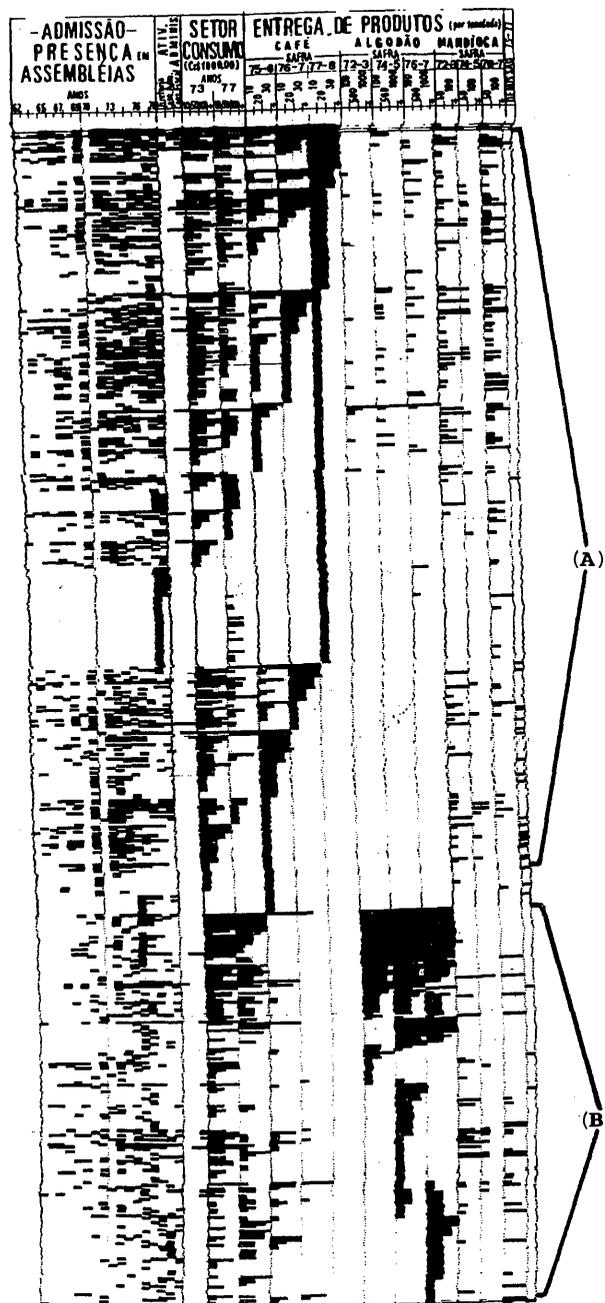
Enquanto isso, a entrega da safra 1977/78 é marcada pela participação de novos cooperados, que ingressaram em 1977, a maior parte deles, pequenos cafeicultores cuja contribuição não ultrapassa a faixa das 10 toneladas.

Quanto à safra de algodão 1976/77, a cooperativa adotou, como medida política, oferecer um bom adiantamento por arroba e, mesmo assim, não chegou a satisfazer o produtor. Discutida em reunião de diretoria a situação de desconfiança gerada no cooperado, porque, acreditava-se, a cooperativa não tinha condições para oferecer um adiantamento daquele porte. Fato sabido — os concorrentes estavam pagando soma bem superior por arroba e fazendo, inclusive, adiantamentos compensadores. Daí a reflexão sobre a política utilizada, no sentido

de melhor sensibilizar o cooperado, que nem sempre mostrava-se disposto a fazer a entrega de seus produtos com adiantamentos pequenos, preferindo vender a terceiros.²³³

A manipulação seguinte das fichas do fichário-imagem 2 (Gráfico 16), confirma a diferença entre os cafeicultores (A) e os cotonicultores (B). Estes são mais recentes na cooperativa, comparecem às assembleias sem muita assiduidade, e entregam, em sua maioria, grandes quantidades de algodão em caroço, que ultrapassam em diversas safras a marca das 1.000 toneladas. Também são os cotonicultores que efetuam os mais elevados gastos no setor consumo.

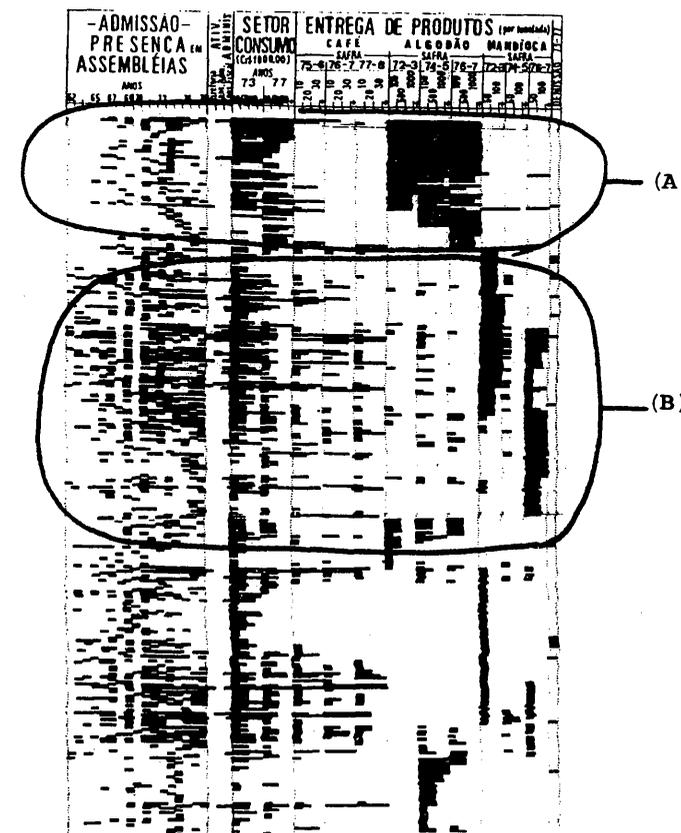
²³³ *id.* Reunião da diretoria e ..., realizada em 7 de abril de 1977. Nova Londrina. Ata nº 220, Livro 3, p. 167.



Pela imagem do Gráfico 17, fica claro que os grandes coticultores não entregam outro produto na cooperativa (A) enquanto outros produtores combinam café e mandioca (B).

Em 1977, a safra de algodão atingiu uma boa produção, bem como a sua comercialização, chegando a 62% a participação no faturamento global da cooperativa.²³⁴ Na época, foram levantadas algumas questões, acerca da produção entregue no entreposto de Naviraí. Discutiu-se sobre as vantagens de adotar-se o sistema de fechamento para a comercialização do algodão, baseado no preço médio. Alguns dirigentes eram de

GRÁFICO 17 - OS MÉDIOS PRODUTORES DE CAFÉ E MANDIOCA



²³⁴ id. Relatório da diretoria. Nova Londrina, dezembro de 1977, n. p.

opinião que aquele sistema não condizia com a realidade cooperativista; outros ponderavam sobre a falta de conscientização do cooperado para entregar seus produtos, receber 70% de adiantamento, e o restante somente após a comercialização, quando é feito o reajuste.²³⁵ O fato é que a moro-

sidade na comercialização, pela cooperativa, gera perda para o produtor. E ... depois ... a entrega do produto está muito em função da confiança na diretoria. Ela deveria fazer propaganda como "já estamos recebendo café"; há necessidade de um trabalho de campo junto ao produtor.²³⁶

No ano de 1977, verificou-se um acréscimo no recebimento dos produtos agrícolas,²³⁷ apesar da grande frustração pela comercialização do café que não se realizou, com graves problemas governamentais. O mesmo ocorreu com a fécula de mandioca, devido grande baixa de preço no mercado, o que ocasionou gastos com estoque e esgotou o capital de giro.

A representação periódica das crises institucionais, corresponde, via de regra, à corrente de crises na economia e freqüentes mudanças na política agrícola. Como um seu reflexo, grande ou pequeno, cada produtor rural ressentia-se da instabilidade econômica. São essas, condições históricas concretas mais que suficientes para fomentar a união de interesses individuais na busca de objetivos comuns, para ensejar o surgimento de organizações cooperativas. Entretanto, o que deveria ser uma arma de defesa esbarra em seus próprios limites e rompe-se a resistência. Com ou sem cooperativa, os produtores rurais lutam para a sua sobrevivência no mercado.

²³⁵ *id.* Reunião da diretoria e conselho de administração, realizada em 7 de março de 1978. Nova Londrina, 1978. Ata n.º 232, Livro 3, p. 202.

²³⁶ ARAÚJO, *Silvia M. de.* Ação cooperativa entre ... Nova Londrina, 1978. Entrevista com cooperado-fundador, em 16 nov. 1978.

²³⁷ Quanto ao problema da fécula de mandioca estocada, parte da explicação da existência do problema vem de data anterior, quando, amparada pela elevação dos preços da fécula, da farinha e do farelo no mercado, a administração da cooperativa ofereceu adiantamento aos cooperados numa média de Cr\$550,00 por tonelada de raiz de mandioca entregue, quando o preço mínimo era apenas Cr\$160,00 por tonelada. A queda dos preços nos meses subseqüentes trouxe surpresas, decepções e prejuízos impossíveis de cobrir a curto e médio prazo. COPAGRA. Relatório da diretoria. Nova Londrina, dezembro de 1976. n. p.

5.3. COOPERATIVA – ENTIDADE SUPRA

Regida por princípios, leis e normas que lhe dão caráter próprio – associação de pessoas formando uma empresa comum, gerida por essas mesmas pessoas, que assumem toda a carga de vantagens e riscos, com base na igualdade de direitos e obrigações – a cooperativa atua, por sua vez, em um meio presidido pela alta competitividade, impulsionado pelo lucro. Está, portanto, inserida em regras capitalistas de mercado.

Torna-se necessário suscitar então, formas de conciliar a organização interna com as solicitações exteriores que condicionam, inclusive, a sua sobrevivência. A ação cooperativa dá-se com a combinação das economias individuais na passagem para o mundo das trocas mais amplas. Assim, dispondo de uma cooperação formal, quase que exclusivamente apenas no momento da comercialização, a instituição traz a contradição dentro de si mesma. Ou rompe com o trabalho isolado na produção (mas, para tal, não dispõe de meios e nem a isso se propõe por constituição); ou, valendo-se do trabalho individualizado, cria mecanismos de viabilizar cada vez mais uma penetração no mercado em moldes empresariais, transformando-se em entidade-supra que paira além e sobre os indivíduos componentes.²³⁸

Pela própria natureza solitária do trabalho agrícola, a cooperação tenta fazer face a certos mecanismos de mercado, de difícil apreensão por parte do produtor isolado. Esta força que se forma em um ponto de todo o processo produtivo representa uma defesa do grupo, retorna, porém em benefício e fortalecimento da própria instituição, em grau maior que do elemento associado.

Paulatinamente, à medida que a cooperativa se fortalece para competir, ela vai alijando do processo de igualdade, proporcionalidade e equivalência social, os interesses dos cooperados, a ponto de poder dispensar, muitas vezes, a contribuição dos pequenos produtores: "Nós, uns cinquenta cooperados com grande produção, garantimos o movimento desta cooperativa. Os outros milhares não contam muito".²³⁹

²³⁸ A imagem evoca a concepção durkheimiana de sociedade, fenômeno sui generis, irredutível às manifestações individuais, porque "ela existe no todo e não nas partes". DURKHEIM, *Émile.* As regras do método sociológico. 6ª ed. São Paulo, Nacional, 1971. p. XXIII do prefácio da segunda edição.

²³⁹ ARAÚJO, *Silvia M. de.* Ação cooperativa entre ... Maringá, 1977. Entrevista com dirigente cooperativista, em 17 de jul. 1977.

Tudo demonstra que a tendência da cooperativa é chegar, como empresa, a um sistema cada vez mais independente de finalidades. Existe, portanto, o perigo real de separação das economias membros — separação, distanciamento e até independência com relação a elas. Acompanhe-se o depoimento:

Nos moldes atuais é impossível se pensar só no cooperado. Lógico que a cooperativa não deve ter lucro, mas ela deve programar seu crescimento como empresa. Ela deve extrair o máximo de rentabilidade em qualquer negócio — afinal, tem a concorrência das multinacionais. Veja ... este ano ... não fizemos mais adiantamentos, mas no ano passado já operamos com o que chamamos de "operação de fixação do preço ou fechamento" — a cooperativa compra a produção do cooperado. Ela não é mais só cooperativa, já é quase uma sociedade anônima.²⁴⁰

A cooperativa acaba exorbitando suas regras institucionais para se manter como instituição e servir de elo de ligação entre o mercado (lugar abstrato onde se efetuam as trocas) e o produtor (elemento agente-gerador do produto a ser trocado), amoldando-se (enquanto cria mecanismos para tal) ao processo de produção capitalista.

Não há qualquer incompatibilidade — as cooperativas funcionam integradas com o sistema que as criou, pois já lhes é quase impossível seguir com fidelidade os seus princípios. A ambigüidade revela-se na realidade do processo que lhe dá vida — a comparação apregoada no discurso de união das economias particulares conflita com a cooperação racional exigida pelo sistema capitalista.

Subentende-se muitas vezes que o poder emana das instituições e existem expressões, inclusive, que atribuem o poder a instituições. Ora, como diz POULANTZAS, as instituições, consideradas sob o ponto de vista do poder, não podem ser relacionadas senão às classes sociais que detêm o poder.²⁴¹ E não só cada instituição, para o seu funcionamento, tem uma estrutura que lhe é própria, que lhe garante organização independente dos representantes de classes sociais que atuam em seu meio. Isso porque, ela

²⁴⁰ *ibid.* Nova Londrina, 1979. Entrevista com técnico cooperativista, em 24 fev. 1979.

²⁴¹ Para Poulantzas, poder é "a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses objetivos específicos". Cf. POULANTZAS, Nicos. *Op. cit.* p. 100.

relaciona-se com outras instituições num conjunto estrutural, cujas articulações estão na dependência das diferentes organizações hierárquicas de cada uma, abrigando relações de força também de diferentes tensões.

Os associados dos primeiros anos da cooperativa em foco acostumaram-se à ação do líder e defensor, num momento em que ocorriam relações pessoais muito mais face a face, estereotipando a igualdade social — todos estavam em processo de ascensão social. Fato esse que não ocorre, num segundo momento, quando a estrutura social, em rápida mudança, teve alargado o distanciamento entre pequenos e grandes proprietários dos meios de produção e também os não-proprietários.

No começo a cooperativa ajudou muito. Eu entreguei café durante muito tempo. Depois, foi diminuindo ... diminuindo ... o lucro foi diminuindo. E eu deixei de entregar também. (. . .) No tempo do finado Spadini podia retirar renda, juro. Uns anos, no começo, dava muito lucro. De uns tempos pra cá, não sei porque ... eles não dão ajuda financeira. (. . .) a gente vendendo fora tem mais renda, ganha melhor em menos tempo. Se eu pudesse trabalhar como antigamente, eu tornava a pôr o café depositado na cooperativa. Agora já se vende o café na cooperativa. Não se deposita mais, esperando renda. Eu adoto que eles façam isso, eu acho bom.²⁴²

A cada passagem mais se afirma que a linguagem não suscita o

que os homens têm a dizer. Não possui esse poder mágico, ou só o possui temporariamente, de maneira precária. O que os homens dizem vem da praxis: do trabalho, dos atos e das lutas reais.²⁴³

Certo está que a linguagem mediatiza a ideologia e esta acaba ocultando as contradições sociais, já que sua função não é oferecer aos agentes um verdadeiro conhecimento da estrutura social, mas inseri-los de algum modo nas atividades práticas que suportam esta estru-

²⁴² ARAÚJO, Silvia M. de. *Ação cooperativa entre ... Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado, em 18 jun. 1979.*

²⁴³ LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx. São Paulo, Forense, 1968. p. 52.*

tura.²⁴⁴ Comenta POULANTZAS que a ideologia dominante, correspondente à classe politicamente dominante nas sociedades divididas em classes, ao assegurar a inserção prática dos agentes na estrutura social, visa a manutenção, a coesão desta estrutura, o que quer dizer, a exploração e a dominação de classe.²⁴⁵ Portanto, é sob este prisma que se vai compreender também a ideologia dominada.

A estrutura da cooperativa no processo de desenvolvimento determina também a natureza das relações entre os grupos sociais, seus componentes. Na abstração em que se envolve a instituição para o cooperado — necessariamente capitalista como empresa, mas não o suficiente para atendê-lo como produtor imerso em condições concretas de mercado — em suas representações sociais, paradoxalmente, ela se torna autônoma e independente, mascarando sua situação de co-proprietário, parte integrante

²⁴⁴ *Está ainda para ser traçado um paralelo entre historiadores e sociólogos sobre a concepção de estrutura.* Braudel liga estrutura ao tempo, aos problemas da longa duração: “uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar”. Para ele, as estruturas apresentam-se como limites para o homem e suas experiências (limites geográficos, biológicos, de produtividade, até espirituais, no sentido de enquadramentos mentais). V. BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa, Editorial Presença, 1972. p. 21. Para Vilar, por outro lado, “os problemas de estrutura, para o historiador, são os da composição orgânica dos grupos submetidos à sua observação”. Consultar VILAR, Pierre. *A noção de estrutura em História*. In: BAS-TIDE, Roger. coord. *Usos e sentidos do termo “estrutura”*. São Paulo, Ed. Herder/Ed. USP, 1971. p. 135. *Seriam as relações sociais duradouras e mutáveis ao mesmo tempo, a “composição orgânica dos grupos” a que se refere o autor? Do ponto de vista sociológico mais aceito e explicativo, o conceito de estrutura refere-se ao modo como se relacionam os homens entre si e com a natureza para produzir material e simbolicamente. Implica a totalidade social, isto é, a composição de níveis de uma estrutura em determinada formação social. Da articulação dos diferentes níveis e instâncias resulta a continuidade e também a transformação social. Torna-se difícil, portanto, dizer o que é uma realidade que perdura sem entrar na discussão do que seja infra e superestrutura, sendo que esta última abriga as ideologias. Para Míriam Limoeiro Cardoso a compreensão de ideologia depende essencialmente da compreensão que se adote de estrutura; porque acredita que a chave da diferenciação das interpretações da ideologia reside nas concepções de classe social. Ideologia do desenvolvimento — Brasil; JK—JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 51.*

²⁴⁵ *Poulantzas alerta para o caráter de opacidade da ideologia — não revelar os antagonismos em sociedade — bem como ao empregar o termo coesão, faz a aproximação com a metáfora “cimento” empregada por Gramsci para designar a função social da ideologia.*

e integrada para um funcionamento no mínimo compatível com seus princípios.

Já toquei lavora de mandioca e de algodão, mas só deu prejuízo. Hoje só cuido de café. (. . .) Plantei mandioca porque teve estímulo, a cooperativa só que recebia. Aquelas coisas ... havia retorno ... Um ano antes de eu entregá deu bom retorno. A gente ficou com aquilo. Aquela esperança de ganhá dinheiro. (. . .) Vantagem nenhuma ... foi prejuízo na venda. Não teve retorno. Na cooperativa, já fiquei uma vez na fila ... três dias, e acabei não entregando. O pessoal lá não colabora com o lavrador. Se tivé uma coisinha de nada, já recusam. Assim, os cooperado vai se enfezando. (. . .) Prá entregá na cooperativa é muito difícil ... eu mesmo, não entrego. Quando se entrega o produto diretamente pro dono é diferente ... parece que se tem mais confiança. Entrego nas máquinas. (. . .) É sempre assim, né ... um prá si, Deus por todos. Lá (na cooperativa) é descontado ... a gente paga. (. . .) Tudo é muito bom, desde que o tratamento seja correto. Mas ... não sei o que há ... sempre dá lucro e ... lá dentro, nunca.²⁴⁶

É por intermédio da troca dos produtos de seu trabalho, e só através desse intercâmbio, que se patenteiam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados de produtores rurais. Como, para os associados, a troca dos produtos na cooperativa não se materializa imediatamente, não completa o outro lado da permuta, não lhes parece uma troca objetivada, tal qual aquela que ele estabelece com o dono da máquina de beneficiamento de café, por exemplo, com o cerealista. Ou seja, a troca fica truncada. Ela não se efetiva por completo na e com a cooperativa, além de pôr a nu a sua condição de produtor categorizado — grande ou pequeno — ao receber posteriormente o retorno proporcional ao volume de sua entrega.

Como os dirigentes são também associados e/ou empregados da instituição, o cooperado não tem como identificar-se em termos de patrão, com o dono ou os donos do capital. Por isso, a contestação, o questionamento fica muito mais fluido a respeito dos lucros, do crescimento, da

²⁴⁶ ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ... Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado, em 27 fev. 1979.*

grandiosidade da entidade:

Achei que era futuro ... prometia lucro. Um ano eu vi lucro na cooperativa ... foi em 1969. Mas, sempre, entregando. Daí, vi que a venda a vista é maior. Então, não entreguei na cooperativa. Então, eu tenho que cuidar do meu, eu mesmo. (...) Antes ... até o ano passado, eu cooperava ... mas de lá prá cá, tenho procurado a minha vantagem. O colono, como eu, tem que ganhar. Os colonos têm que ter lucro ... não dá, não dá. Não saio de lá. Prá mim, uma vez cooperado, sempre cooperado, não há nem vantagem em sair. Veja, eu entrei no início ... e ... hoje, ainda só tenho três mil quotas-capital. Não cresceu, não cresceu nada. Onde é que está esse dinheiro? Todo negócio chega um momento que cresce sozinho. Na cooperativa, não ... ela está sempre segurando o dinheirinho da gente. Eles têm lucro, claro que têm ... Se a gente vê a máquina de café ter lucro ... imagine, a senhora, a cooperativa.²⁴⁷

A acusação se reveste de roupagem global – “A cooperativa não funciona”. Concebem-na como uma máquina à parte, alheada, para em seguida a imagem ganhar contorno de uma direção responsabilizada pelos acertos e desacertos cometidos. Há um deslocamento e uma identificação, a cooperativa são eles – os diretores. É comum no discurso do cooperado a imputação “eles: a cooperativa”.

Levando-se em conta que as manifestações ideológicas numa sociedade são determinadas pelas condições materiais de existência, o indivíduo ou o grupo posicionado no processo de produção de uma formação social vai construindo o seu universo de significações significativas, pode-se dizer tautologicamente. Constitui-se, dessa forma, um universo de representações,²⁴⁸ as quais evocam, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas derivam) mas antes, a relação imaginária

²⁴⁷ *ibid.* Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado, em 26 fev. 1979.

²⁴⁸ O termo foi inicialmente utilizado por Durkheim, no sentido de que “a vida psíquica é um curso contínuo de representações, de tal forma que nunca se pode dizer onde uma começa e outra acaba.” Considerando-as a trama dessa vida, Durkheim propunha serem as representações coletivas exteriores às consciências individuais, justamente por não derivarem dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação, entendida, combinação. Remete-se a DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro, Forense, 1970. p. 22 e 34.

que o indivíduo ou o grupo mantém com as relações de produção.²⁴⁹

Na verdade, a ideologia exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, política, moral, etc.), posições de classe, num jogo onde muito embora as condições econômicas sejam importantes, não são as únicas para definir as classes sociais, que mantêm entre si relações fundamentais.²⁵⁰

São participações desiguais, na proporção da representatividade material na sociedade, o que o Gráfico 18 confirma.

GRÁFICO 18 – SITUAÇÃO DAS PROPRIEDADES DOS DIRIGENTES

ANO RECAD.	LOCAL PR.	ÁREA (HECTARES)	PROD. CAFÉ SEC.	VALOR (C.R. \$ 1000,00)					
				500	1500	2500	3500	OUTROS	
0-64
65-128
129-192
193-256
257-320
321-384
385-448
449-512

²⁴⁹ Poulantzas acredita que as ideologias, como um conjunto, num nível objetivo específico, de representações, de valores, crenças, fixam num universo relativamente coerente, não simplesmente uma relação real, mas também uma relação imaginária. Adverte que este imaginário social não é de modo algum redutível ou à problemática da alienação ou à da falsa consciência. Acrescente-se, descartando formulação de LUKÁCS Georg. *História e consciência de classe*. México, Grijalbo, 1968. Sobre a questão de que imbricada no funcionamento deste imaginário, a ideologia é necessariamente falseada, ver POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. p. 201.

²⁵⁰ Para Althusser, basta interpretar estas relações para reconstituir a própria realidade desse mundo. Esta é a sua tese número um, à qual se soma a segunda sobre a materialidade da ideologia, ou seja, a de que uma ideologia existe sempre num aparelho e na(s) sua(s) prática(s). Consultar ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Ed. Presença/Martins Fontes, s. d. p. 71, 77 e 84.

Ele demonstra a propriedade da terra, o que nela se produz e seu respectivo valor de diferentes anos de cadastramento, apenas para o grupo composto por associados que já integraram, diretamente, a administração da cooperativa, através de cargos eletivos.

Evidencia-se que aqueles escolhidos para a direção fazem parte de grupos mais representativos, em termos de propriedade dos meios de produção. São eles grandes proprietários e, no caso, grandes produtores agrícolas, donos de outras propriedades rurais. A delegação de poderes, muitas vezes, é feita justamente por estes critérios.

A diretoria, através de seus membros, passa a exercer o papel de catalisadora de problemas decorrentes da formalização do próprio sistema cooperativista: "uma cooperativa depende da diretoria, está nas mãos da diretoria".²⁵¹

Assim, a nível de relações intercooperados, por mais que sejam aplicadas técnicas para personalizar estas relações na empresa e diminuir as tensões sociais, não conseguem, evidentemente, modificar as condições de composição e apresentação da estrutura social. Permanece a tentativa de atenuar a diferenciação que a necessária estruturação administrativa cavou entre diretoria e associados. Ela está presente também no discurso do grande produtor-cooperado:

No último ano estou desgostoso com a cooperativa. Levei prejuízo com o café e com o algodão também. Os culpados são lá cima, o governo, o IBC, os Ministérios, a administração da cooperativa. É verdade que a administração tem que saber como vender, não pode ter informação errada. Muita gente se afastou de lá e eu mesmo perdi a confiança e sei que não é questão de doutrinação. Hoje vou administrar o que é meu. Afinal, eles acham que a cooperativa não é de ninguém.²⁵²

O problema da falta de confiança dos cooperados na diretoria tem sido colocado com frequência pelos dirigentes e repetido pelos associados. Encobrem-se problemas mais sérios que o cooperativismo não tem dado conta — uma maior distribuição da riqueza.

Há uma nítida transferência de nível para a justificativa: do objetivo geral a ser atingido para a questão do crédito, a questão do voto de confiança naqueles que estão à testa dos negócios da cooperativa, etc.

²⁵¹ ARAÚJO, *Silvia M. de. Ação cooperativa entre ... Paranavaí, 1977. Entrevista com ex-cooperado, em 18 jul. 1977.*

²⁵² *ibid. Nova Londrina, 1978. Entrevista com cooperado, em 17 nov. 1978.*

Aqueles, respondendo pela entidade, pela empresa — abstrata, complexa, pairando acima e sobre a cabeça dos cooperados. Estes, imputando à instituição, identificada com os diretores, as falhas, em geral administrativas, que revelam a importância de se manter uma entidade próxima do cooperado, identificada com seus interesses; enquanto as exigências para sua manutenção são de ordem capitalista — de formar patrimônio para dar em garantia e obter financiamentos; de gerar capital para empreender operações cada vez mais complexas.

Concomitantemente, para chegar a uma posição decisiva para a vida da instituição, solapam-se aos poucos os meios de exercer democraticamente os seus direitos aos cooperados.

A gente vai na assembléia ... participa. Eu mesmo participei já na administração, Mas hoje ... hoje eu vejo que o colono vai na assembléia, fica quieto. Eles lá ... lêem uma página e dobram a gente. Quando eles querem fazer uma coisa, o cooperado não impede nada.²⁵³

A força de uma assembléia soberana, capaz de destituir uma diretoria, mudar os rumos da política cooperativa, vai demonstrando perda de importância frente a fenômenos de gigantismo empresarial e de consequente auto-exclusão do processo que a si se imputa a grande maioria dos cooperados:

Eu mesmo não participo muito na cooperativa. Só entrego o meu produto quando acho que vale esperá. (. . .) Venho pouco nas reuniões e quando venho nas reuniões eu fico quieto ... fico quieto, é. Não vou falar besteira, de coisa que não sei, né. Eles lá entendem do negócio da cooperativa. O que é que eu vô dá parpito? Eles ... eles tão entrosado nos negócios da cooperativa. Tudo que eles fala, eu aceito porque não conheço.²⁵⁴

Para que os sujeitos sejam ativos na sociedade, faz-se necessária a existência de representações do mundo, sejam elas inconscientes, mecânicas, ou parcialmente conscientes e reflexivas. O fundamental é que estas representações ideológicas não se deixam perceber "ideologia", isto é, da

²⁵³ *ibid. Marilena, 1979. Entrevista com cooperado, em 25 fev. 1979.*

²⁵⁴ *ibid. Nova Londrina, 1978. Entrevista com cooperado, em 16 nov. 1978.*

mesma forma como a estrutura das relações de produção (. . .) não é imediatamente visível para os agentes, a estrutura e os mecanismos da ideologia não o são para os homens que lhe são submetidos: não percebem ideologia de sua representação do mundo como ideologia, não conhecem sua estrutura nem seus mecanismos.²⁵⁵

A partir da filiação à cooperativa, o grupo se reconhece como cooperado com toda a carga que a designação traz — cooperado — sujeito a ser auxiliado, ajudado pela entidade social. E não como um associado que contribui como parte de um todo, que só se faz todo através do somatório das diversas partes. Este reconhecimento da existência da instituição, como resultado da cooperação de todos, só acontece enquanto o sujeito vislumbra vantagens imediatas e concretas. Este é o reconhecimento que se dá de forma explícita no discurso dos dirigentes cooperativistas:

Tem cooperado que só se aproxima da cooperativa pensando que vai lucrar, ganhar mais, que só vai receber benefícios. Poucos realmente cooperam. (. . .) O cooperado não está preparado, não entende que, reunidos podem enfrentar as oscilações do mercado e valorizar os seus colegas produtores. Falta mentalidade cooperativista entre os produtores. Ainda há muito individualismo. Só procuram a cooperativa quando não estão bem. Quando tudo vai bem, afastam-se, e é por isso que as cooperativas entram em crise. E as crises afetam mesmo. Os chefes têm que se virar, o cooperado não quer nem saber.²⁵⁶

O cooperativismo, como um sistema de idéias, cristaliza ideologias, e o primeiro sintoma dessa cristalização ideológica é a perda da faculdade crítica do próprio sistema: os que participam perdem, completamente, a capacidade crítica. Na fala dos dirigentes, por exemplo, reproduz-se o entendimento do cooperativismo oficializado, artificialmente estruturado, garantido como sistema graças ao apoio governamental maciço, às edifica-

²⁵⁵ ALTHUSSER, Louis. *Prática teórica y lucha ideológica. In: La filosofía como arma de la revolución. s. 1., Cuadernos de pasado y presente, 1969. Apud. ESCOBAR, Carlos Henrique. Ciência da história e ideologia. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1978. p. 72.*

²⁵⁶ ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ... Paranavaí, 1977. Entrevista com dirigente cooperativista, em 13 jul. 1977.*

ções e aparatos visíveis, as estatísticas que revelam as realizações. Um sistema vazio, entretanto, de participação efetiva, de trabalho conjunto de pequenos e grandes produtores, que não sejam apenas “número de associados” para divulgação, mas sejam sim, sujeitos de uma ação que os faz ainda mais sujeitos e não passivos “cooperados”.

Ao auto-reconhecimento do associado como cooperado “uma vez cooperado, sempre cooperado, não há nem vantagem em sair” acopla-se o reverso da medalha: a existência da instituição, em nome da qual a ideologia cooperativista interpela os indivíduos a submeter-se às práticas que, voluntariamente, aceitaram. No caso do cooperativismo, essas práticas têm um campo de manobras, teoricamente, vigiado pelos participantes que, se não o fazem, se não cumprem esta cobrança, é porque não se integram completamente aos rituais, mas entregam-se, sim, às regras do jogo que o capitalismo define como as mais convenientes para o fortalecimento da instituição e não do grupo de produtores. Daí porque a cooperativa cresce, capitaliza-se, e nem todos os associados experimentam igual ritmo de acumulação.

Quando tenho boa produção eu entrego na cooperativa, senão, não. Se a gente tá um pouco apertado, não compensa entregá na cooperativa. (. . .) O sujeito faz o balanço da vida dele. Se deu prá entregá na cooperativa, entrega; senão, vende fora ... então ... então tem o dinheiro logo. Isso não acontece sempre ... como se diz: quando não dá com machado, vai co'a foice.²⁵⁷

O cooperado não se identifica com a instituição que integra. Tende a agir e sentir-se como não-proprietário da cooperativa, mas como um agente qualquer que aciona a instituição no momento econômico preciso, aquele que lhe convém.²⁵⁸

O distanciamento que se instala entre o associado e a instituição — como se ele não fosse ela, na realidade — provoca a própria fetichização

²⁵⁷ *ibid.* Nova Londrina, 1979. *Entrevista com cooperado, em 24 fev. 1979.*

²⁵⁸ MEISTER chama a atenção para o tipo de participação decorrente da evolução da participação voluntária e da transformação dos grupos voluntários em grandes organizações burocratizadas: “il s’agit d’une participation purement instrumentale, fonctionnelle, sans que l’adhésion (qui reste volontaire) au groupe crée un attachement de type émotionnel ou sentimental, (se rappeler à ce sujet les expressions — et les réalités qu’elles recouvrent — de ‘fidélité coopérative’, de ‘grandeur militante’, etc)”. Cf. MEISTER, A. *Vers une sociologie des associations. Paris, Editions Ouvrières, 1972. p. 19.*

da entidade. A discussão se processa a partir dessa admissão em dois planos — da instituição e do cooperado, separadas as naturezas constitutivas de um e de outro.

O fetiche não se dá apenas enquanto produto agrícola-mercadoria, que se transmuda aos olhos do agricultor-cooperado. Como “a força fantasmagórica de uma relação entre coisas”,²⁵⁹ a própria entidade cooperativa é para ele um fetiche, já que não consegue apreender as complexas relações que se dão em seu interior e mais aquelas que ela mantém com o exterior.²⁶⁰

Admitindo-se ser a forma acabada das mercadorias, a forma dinheiro, aquela que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de colocá-las em evidência,

admite-se também que formas dessa natureza constituem as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas, portanto objetivas, ajustadas às relações desse modo de produção historicamente definido, a produção de mercadorias.²⁶¹

Portanto, não há como esperar outra atitude, outra concepção das coisas, por parte do produtor-cooperado.

O aparente fetichismo ao nível do discurso exprime, de modo incongruente, um conhecimento intuitivo das condições reais do mercado, bem como revela a percepção que o associado tem da correlação de forças que ele mantém com a administração da cooperativa, e esta com seus concorrentes comerciais. A incorporação desse conhecimento, expresso nas

²⁵⁹ MARX, Karl. *O capital*. 3ª ed. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1975. Livro 1, v. 1, Parte 1, p. 81.

²⁶⁰ O conceito “fetiche” assume, neste estudo, sentido figurativamente aproximado àquele proposto por Marx — “relação entre coisas”. Ele serve mais como recurso analítico para evocar uma imagem, do que para suscitar considerações acerca de sua origem na teoria marxista. Referindo-se à produção mercantil capitalista, que apresenta aos agentes econômicos uma relação social definida, o conceito atende, originalmente, à fórmula trinitária constituída de três pares: capital/lucro, terra/renda, trabalho/salário, que representa “a sistematização do que é percebido pelos agentes da produção, formas nas quais se inscreve a sua ação”. Segundo ALTHUSSER, Louis et alii. *Ler o capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. V. 1. p. 148.

²⁶¹ MARX, Karl. *Op. cit.* p. 84—5.

atitudes e na prática econômica dos produtores agrícolas, mais do que na coerência e liquidez de seu discurso formal, refere-se a determinadas pressões materiais e constrangimentos objetivos a que estão submetidos — uns apenas para ganhar sua subsistência e outros para sobreviver mesmo no mercado.

Cultivo mamona e mandioca ... fiz financiamento. Arrumei uns arrendadô que não cuidaram de nada. Tá tudo no mato, dá té pena. Di contrato de um ano e me arrependo. Mas quando eu colho nem sempre entrego na cooperativa. Lá eu compro ... sempre faço minhas compra lá ... mas entregá mercadoria ... é difícil. (. . .) A turma, você sabe comu é que é. A gente entrega e eles põe no nome do otro ... é difícil a gente entrá em acordo. (. . .) Em 76, eu fiz tudo: preparei a terra, fiz o financiamento, plantei e colhi. Na feccularia, o home cortô minhas cotas de mandioca, prá recebê dos otros. Ah ... o armazém, você sabe comu é que é ... te paga na hora. A gente entrega e eles acham ruim de pagá em sessenta dias.²⁶²

O mundo que se manifesta ao produtor-cooperado nesta prática fetichizada não é exatamente o mundo real, mas aquele da aparência das coisas. O seu conhecimento a nível de senso comum, como forma ideológica do agir cotidiano, projetando-se através das representações na familiaridade das categorias intelectuais que ele manipula, petrifica condições históricas determinadas.

Fato é que a instituição cooperativa reproduz com igual intensidade a estrutura de classes da sociedade onde se insere. Ao mesmo tempo, o seu crescimento, inevitavelmente, transmuda-a em empresa, face às pressões da concorrência. Assim, num segundo momento da história que se acompanhou neste estudo, presencia-se uma cooperativa que se sobrepõe ao associado e, a par disso, assiste-se em várias ocasiões a um discurso justificador dos novos encargos, na tentativa de transferir o mérito para o corpo de associados. A preocupação inicial, ainda romântica com a situação do lavrador, substituiu-se pela preocupação com a imagem da instituição. E esta, cada vez mais identificada com ELES: A COOPERATIVA.

²⁶² ARAÚJO, Silvia M. de. *Ação cooperativa entre ... Marilena*, 1979. *Entrevista com cooperado*, em 17 jun. 1979.